



CÂMARA MUNICIPAL DE EDEIA

Ata da primeira (1ª) Sessão Ordinária do mês de março, no terceiro (3º) ano, da décima nona (19ª) legislatura da Câmara Municipal de Edéia.

Às 20h10 do dia 13 de março de 2023 (13/03/2023), no Plenário Maria Onofre de Barros, reuniram-se sob a presidência da Vereadora **Gillene Aparecida Fernandes da Silva**, os Vereadores: **Diogo Soares e Silva, Francisco Vieira Nunes, Eunice de Carvalho Dutra, Guilherme Carvalho de Almeida, Luiz Humberto do Nascimento, Orisvaldo Antônio de Souza Borges, Ricardo Carlos Trindade e Talita Lemes de Araújo Neto**. Havendo quórum regimental a presidência declarou sob a proteção de Deus aberta a sessão, solicitando a todos que se postassem de pé para ouvirem a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada, a qual foi feita a convite da Presidência, pelo Sr. Zilmar Barros o qual também deixou uma mensagem bíblica, logo após todos fizeram uma oração e cantaram juntos o Hino Nacional.

EM EXPEDIENTE: Foi feita a leitura da ata da 3ª sessão ordinária do mês de fevereiro de 2023, a qual foi aprovada sem retificação por 7 (sete) votos favoráveis e uma abstenção. **NA ORDEM DO DIA:** Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 11/2023**, de autoria do Poder Executivo, o "qual dispõe sobre a criação, redução, reclassificação e renomeação de funções gratificadas, alteração de quantitativo de cargos comissionados e dá outras providências" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 12/2023**, de autoria do Poder Executivo, "o qual dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências", foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 13/2023**, de autoria do Poder Executivo, "o qual declara ZEIS – Zona Especial de Interesse Social e autoriza o Poder Executivo a doar áreas de terras de sua propriedade às famílias do município", foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Obras, Urbanismo e Patrimônio onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei nº 14/2023**, de autoria do Poder Executivo, "o qual dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências", foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei Legislativo nº 25/2023**, de autoria do Vereador Luiz Humberto, o "qual obriga o Poder Executivo ou qualquer outra entidade a prestar contas da Festa Agropecuária e dá outras providências" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em Plenário sendo aprovado por unanimidade de votos. Após leitura e discussão o **Projeto de Lei Legislativo nº 26/2023**, de autoria da Vereadora Talita Lemes, o qual "garante aos estudantes do município de Edéia o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais e obriga o uso da língua portuguesa nos mesmos termos em toda a comunicação institucional, oficial, interna e externa e com a população em geral realizada por parte da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, na forma que menciona" foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, onde obteve pareceres favoráveis à sua aprovação e logo após, sofreu sua primeira votação em

